

## Entrevista

Luiz Henrique Schuch  
Presidente da ANDES-SN

*O presidente da ANDES-SN, prof. Luiz Henrique Schuch, concedeu uma entrevista ao jornal Correio Brasiliense, num dos intervalos do XIV Congresso da entidade, realizado em Brasília entre os dias 14 e 18 de fevereiro. Reproduzimos, a seguir, a íntegra da entrevista, publicada no dia 20/02/95*

**Pergunta:** A que a Andes atribui a queda na qualidade e a suposta queda na eficiência da universidade?

**Resposta:** Nós acreditamos que a qualidade da universidade pública, apesar de todas as mazelas, vem sendo aumentada. Em relação à eficiência, também. Embora os quadros docentes das universidades tenham sofrido uma redução desde 1987, houve ampliação dos resultados de trabalho e, no último período, uma recuperação de vagas. O que há, na verdade, é que a universidade brasileira, como todos os setores da vida nacional, está inserida numa sociedade sem um projeto adequado.

**P:** E quais são os maiores problemas da universidade hoje?

**R:** Um dos principais problemas é a falta de condições físicas e de um mínimo de infra-estrutura - o sucateamento absoluto dos laboratórios em todo o país, as salas de aula deterioradas, dificuldades para pagamento de água, luz, telefone. Isso cria um ambiente de desestímulo na comunidade universitária, pelo não atendimento às necessidades mínimas para o exercício da profissão.

**P:** Porque a Andes fala que a intenção do governo é privatizar o ensino superior, quando o próprio governo nega?

**R:** Porque essa é uma questão antiga, que remonta ao período militar, quando foi proposta a criação das universidades só no regime fundacional, com a perspectiva do financiamento privado. Um pouco mais tarde, em 1983/84, na crise da dívida externa brasileira, o então ministro Delfim Neto, do Planejamento, e a então ministra da Educação, Ester Ferraz, provavelmente pressionados pelos organismos internacionais, propõem a transformação das universidades em fundações que tratariam de buscar o autofinanciamento. No início do governo Sarney, quando o ministro da Educação era Marco Maciel, veio o projeto GERES (Grupo de Estudos de Reforma do Ensino Superior), que sofisticava mais essa questão. O projeto se encaminhava na linha do autofinanciamento e dividia as universidades em duas categorias: centros de excelência, que poderiam desenvolver pesquisa, e instituições simplesmente destinadas ao ensino, que nós rotulamos de "colegiões de terceiro grau". Mais tarde, no final da gestão de Chiarelli na pasta da Educação (governo Collor), surgiu um projeto de emenda constitucional, o PEC-56B, que envolvia abertura para cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

**P:** E agora, qual o modelo que está sendo adotado no governo Fernando Henrique?

**R:** O que nós vemos é uma política dentro dessa mesma perspectiva, inclusive com figuras já conhecidas, como o professor Edson Machado, que foi um dos organizadores do projeto Geres e hoje está no gabinete do ministro, encaminhando as operações. Podemos citar ainda a professora Eunice Durhan (secretária de Projetos Educacionais Especiais), que acompanhava o ministro Goldemberg no período do PEC 56-B e hoje está muito próxima do ministro da Educação. Então, não há novidades. Cito ainda Décio Zagottis (secretário de Ensino Superior), também do período de Goldemberg,

## “Autonomia vai privatizar as universidades”

que foi trazido justamente para comandar o chamado modelo de avaliação holandesa, que tenta relacionar o custo das universidades com o resultado matemático, quantitativo, do número de diplomas que se dá. E nós entendemos que educação não é uma mercadoria e não pode se submeter às leis do mercado. Caso contrário, fatalmente, mais e mais, a educação será apropriada por quem pode pagar.

**P:** O governo entende que a autonomia universitária inclui o autofinanciamento?

**R:** Sim. O ministro Paulo Renato falou com clareza que a linha pretendida é a autonomia das universidades se administrarem livremente. Isso só é possível trocando o regime jurídico das universidades, porque no atual a universidade é classificada como órgão público. Isso significa que as universidades serão empurradas para um estatuto jurídico de instituição privada.

**P:** E o que é autonomia?

**R:** A autonomia universitária que nós queremos é a autonomia didática, científica, administrativa, patrimonial e de gestão financeira, de uma forma autoaplicável. A partir da promulgação da Constituição, todas as vezes que tentamos exercer essa autonomia ela nos foi negada, inclusive pelo Judiciário. Considerando a nossa experiência histórica, sempre que o governo se apossou da tese da autonomia foi na direção da desresponsabilização do Estado pelo financiamento. O que se propôs foi uma negociação com o governo em direção ao exercício da autonomia plena. Essa negociação foi concluída e assinada na já mencionada Agenda Autonomia 94, que está na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) cujo projeto de lei está aprovado pela Comissão de Educação do Senado e aguarda votação no plenário.

**P:** Como é a relação das empresas privadas com a universidade?

**R:** A universidade não tem preconceito, ela tem mesmo que estar interagindo com o setor produtivo, com empresários, setor rural, trabalho, trabalhadores, saúde. Há todo um complexo do setor produtivo. Mas há determinadas contribuições que são tão parciais que podem contribuir para o aprofundamento da injustiça social, da concentração de renda. Veja o exemplo das incubadoras de empresa: a universidade, que é um órgão público, coloca seu capital, sua infra-estrutura, seu saber, trabalhando à disposição de um projeto. Ai, surpreendentemente, quando o projeto está pronto e é vendável, ele é entregue à iniciativa privada. Quer dizer, é uma iniciativa pública entregue ao que chamam de iniciativa privada.

**P:** Qual a solução para a insuficiência de recursos para a universidade, principalmente considerando-se que o governo declarou prioridade ao ensino básico?

**R:** O cumprimento das normas constitucionais da aplicação de recursos nos níveis federal, estadual e municipal e a real priorização da educação. Se nós retirássemos aqueles 6% ou 6,5% daquilo que é reconhecidamente sonegado, dobraríamos os salários e os investimentos em todas as universidades federais. Se nós pegássemos 11% a 12% do que foi reconhecidamente desviado no escândalo do orçamento, colocaríamos, mais uma vez, outro tanto de salário e de investimento. Se pegarmos o balanço da União de 1995 e a proposta orçamentária de 1996, veremos que a aplicação em juros de amortização da dívida externa está consumindo 60% de tudo que a União arrecada. Então, não é um grau de

ensino que tira recursos do outro. Quem está dizendo que a prioridade é educação e apresenta como plano a concorrência entre graus de ensino, está mentindo, não está priorizando a educação. E a prova disso é que o preceito constitucional de 18% do Orçamento Federal para a educação foi ferido por proposta do atual presidente da República, quando ministro da Fazenda. Foi ele quem propôs o Fundo Social de Emergência, desviando recursos da Saúde e da Educação.

**P:** O Sr. poderia detalhar a LDB que está no Congresso e em que pontos e por que o governo está tentando barrá-la?

**R:** Na verdade, a LDB vem exatamente na esteira do que foi definido na Constituição. Nós ainda vivemos no momento constituinte na área de educação. Não tivemos a oportunidade de experimentar a educação nacional a partir dos desejos que foram expressos na Constituição, porque não houve a consequência do aparato legal a nível de legislação ordinária que tornasse possível isso. Nós, apesar dos preceitos constitucionais, estamos convivendo com a legislação atrasada. Para citar algumas questões: o sistema educacional como um todo articulado, a criação do Conselho Nacional de Educação representativo como um órgão gestor, articulador desse sistema todo, a autonomia universitária, a avaliação universitária a partir de um conjunto de premissas já colocadas. Essa LDB que está há seis anos no Congresso Nacional, foi elaborada com a participação do movimento popular através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e de vários acordos de substitutivos que decorreram da discussão na Comissão de Educação da Câmara. Ai vai para o Senado onde é aprovado na Comissão de Educação a partir de uma nova negociação com modificações. Em toda essa trajetória, a sociedade participando, todos os partidos participando. Pelo atraso na aprovação encontra-se agora frente a políticos "iluminados", que se consideram donos da verdade, e que acham que têm direito de barrar todo esforço dispendido até aqui e aperecem com uma nova proposta. Essa perspectiva está aparecendo claramente, principalmente a partir do dia 19 de fevereiro, quando foi anunciado em ato público, que o projeto aprovado na Comissão de Educação do Senado está em condições de ser colocado em plenário, mas que há uma interferência do Executivo junto ao presidente do Senado, José Sarney, no sentido de que não seja colocado em pauta porque virá uma proposta alternativa do Executivo.

**P:** O que o sr. acha da distribuição dos recursos conforme o desempenho das universidades?

**R:** Nós somos contrários a que a distribuição de recursos se dê por conta do desempenho. As formulações apresentadas até agora apontam uma perspectiva produtivista da universidade que rebaixaria a sua função a um utilitarismo barato, na nossa opinião. A partir de dados muito limitados como o número de diplomas, de teses, não se pode baixar um traço e dizer quanto de recursos deve ser aplicado em cada instituição. Elas têm uma função social muito mais ampla. Seria como tentar estimular o valor social ou o custo na aplicação no livro que pode ser uma obra-prima reduzido a 1/50 de uma produção de 50 livretos, o que não significa nada. Seria reduzir a política de distribuição de verbas das universidades a um modelo utilitarista. A Constituição diz que o padrão de qualidade envolve avaliação das instituições. Quando são identificadas mazelas que não puderam ser eliminadas por falta de financiamento, o responsável é o financiador.

Marco/1995